

É hora de VIRAR O JOGO

A luta pelo Plano de Carreira, contra a mudança no auxílio-transporte e por reajuste salarial será prioridade no segundo semestre



Grecá acaba de publicar o Decreto 958/2019, que regulamenta um dos ataques aprovados com o pacote: a mudança na forma de pagamento do auxílio-transporte, de dinheiro para crédito no cartão transporte.

A mudança deve entrar em vigor em dezembro e representa mais uma perda salarial, já que grande parte da categoria não utiliza os meios de transporte coletivos e usa o auxílio-transporte para pagar o combustível e chegar até o local de trabalho.

O final de 2019 também é o prazo para que os planos de carreira, congelados com o pacote, sejam reestabelecidos. Mas não há o que comemorar. A

Prefeitura tem dado sinais de que pretende impor novos ataques e formou 10 comissões para analisar todos os planos de carreira, sem qualquer participação ou diálogo com as servidoras e servidores. O resultado dessas comissões deve ser apresentado em setembro.

Teremos que intensificar nossa mobilização para impedir que a Prefeitura desidrate nosso Plano de Carreira ou imponha mecanismos de avaliação de desempenho que podem se transformar em instrumento de perseguição e assédio nas mãos das chefias.

A partir de setembro começam as negociações sobre o reajuste salarial, que deve ser pago tendo como referên-

cia o dia 31 de outubro. Nossos salários diminuíram desde 2016, já que o reajuste de 3% pago no ano passado, não repôs sequer toda a inflação acumulada.

A aprovação do pacote na Ópera de Arame completou dois anos, mas a luta contra as suas consequências é cada vez mais atual e necessária. Você é parte dessa mobilização! Para dar um basta aos ataques e avançar na defesa dos serviços públicos, será preciso colocar em movimento os mais de 30 mil servidores e servidoras municipais, que têm contato direto com milhares de trabalhadoras e trabalhadores que utilizam e dependem dos serviços públicos!

13 DE AGOSTO

| Dia nacional de luta contra a Reforma da Previdência

| Manifestação em Curitiba, a partir das 18h30, na Praça Santos Andrade

MOBILIZE SUA ESCOLA E VENHA PARA A LUTA EM DEFESA DA APOSENTADORIA E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA!

MOBILIZAÇÃO

Bombardeio contra os nossos direitos deve ser enfrentado com o FORTALECIMENTO DA UNIÃO E RESISTÊNCIA

Empresários, junto com Bolsonaro, seus deputados e senadores, querem acabar de vez com os direitos da classe trabalhadora. É preciso fortalecer a luta para barrar medidas que protegem os ricos e atacam os pobres

A desumana Reforma da Previdência, aprovada em primeiro turno em meio a um escandaloso esquema de troca de votos por liberação de emendas, deve entrar em segunda votação na Câmara dos Deputados a partir do dia 6 de agosto.

Servidores públicos estaduais e municipais ficaram de fora da versão aprovada no primeiro turno, mas isso não é motivo para abaixar a guarda ou enfraquecer nossa resistência. O governo federal, parlamentares e governadores preparam uma manobra para que os estados e municípios sejam reinseridos na Reforma, durante a tramitação do projeto no Senado.

Há outros ataques que foram retirados da proposta por causa da pressão dos traba-

lhadores e que podem retornar se o clima de resistência e indignação esfriar, como o regime de capitalização e o corte no Benefício de Prestação Continuada pago a idosos e pessoas com deficiência.

Ainda teremos muita luta pela frente em defesa da nossa aposentadoria! Além da segunda votação na Câmara dos Deputados, o projeto terá que passar por duas votações no Senado. Para além de denunciar cada deputado que votou pelo fim dos nossos direitos, é preciso fortalecer a luta em cada local de trabalho e nas ruas. Essa desumana reforma só será barrada com a ampliação das greves e mobilizações que parem efetivamente a produção e circulação de mercadorias e mexam no lucro daqueles que querem o fim dos nossos direitos!

O custo do toma lá dá cá

- Bolsonaro liberou mais de R\$ 2 bilhões em emendas parlamentares para garantir a aprovação da Reforma da Previdência.
- O valor corresponde a R\$ 40 milhões por deputado favorável.
- Deputados que recebem mais de R\$ 30 mil por mês e que têm direito a aposentadoria especial votaram para acabar com os direitos de quem não recebe nem dois salários mínimos.



Construção da greve geral é o caminho para barrar ofensiva de patrões e governos contra o direito dos trabalhadores



Liberdade para os patrões aumentarem a exploração sobre nós, trabalhadores: é isso o que significa a MP DA LIBERDADE ECONÔMICA

Na mesma semana da votação da desumana Reforma da Previdência, o Congresso junto com Bolsonaro abriu caminho para mais um grave ataque aos direitos dos trabalhadores. Apelidada pelo governo de "MP da Liberdade Econômica", a Medida Provisória 881 foi aprovada na comissão mista e pode seguir para votação no plenário. **A proposta altera 36 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e promove uma ampliação da Reforma Trabalhista aprovada em 2017.**

Nos últimos dois anos, o desemprego cresceu e mais de 13 milhões de trabalhadores estão desempregados. A Reforma Trabalhista já mostrou que retirar direitos dos trabalhadores não cria novos empregos e só serve para ajudar os patrões a aumentar seus lucros.

Mais ataques aos direitos dos trabalhadores

- Querem liberar o trabalho aos domingos e feriados sem pagar hora extra, como já ocorre em algumas categorias. Assim, acaba o descanso semanal no fim de semana e acaba o pouco tempo para o lazer.
- Dificulta o acesso da Justiça aos bens de empresários que possuem dívidas trabalhistas, facilitando ainda mais o risco de calote.
- A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA) deixa de ser uma obrigação para diversas empresas. Isso significa mais descaso com a saúde e a vida dos trabalhadores, em um país onde a cada quatro horas morre um trabalhador vítima de acidente de trabalho.

Fim da estabilidade com avaliação de desempenho tramita em regime de urgência no Senado

Com a aprovação do regime de urgência, proposta seguirá para o plenário e, caso seja aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados

Em julho, o Senado aprovou urgência na votação do Projeto de Lei de 116/2017, que acaba com o direito à estabilidade para os servidores públicos. Além dos critérios fixos, que são qualidade e produtividade, o projeto também prevê a avaliação de critérios subjetivos, que podem servir como instrumentos de assédio e perseguição ao ficarem nas mãos da chefia.

O combate à estabilidade faz parte de uma estratégia política que busca reduzir o número de servidores concursados e avançar na terceirização dos serviços públicos. O projeto deixa claro que até problemas de saúde e psicossociais podem causar "insuficiência de desempenho" e motivar a demissão.

Em Curitiba, o prefeito já deu provas de que pretende seguir esse mesmo caminho e deu início, no final do ano passado, a avaliações de desempenho na área da saúde. **O SISMMAC é contra as avaliações de desempenho que buscam servir como instrumento de controle e impedir a justa mobilização dos servidores.** O magistério de Curitiba enfrentou uma **grande batalha, em 2012**, para impedir o Programa de Produtividade e Qualidade (PPQ), que buscava condicionar parte da remuneração a uma avaliação de desempenho. Ao invés da avaliação, defendemos que os principais mecanismos de progressão sejam o tempo de serviço e a formação continuada.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: MAIS TEMPO DE TRABALHO E APOSENTADORIA MENOR

	Como é	Reforma da Previdência (1º turno da Câmara)
Trabalhadores do setor privado	Homem	Sem idade mínima obrigatória e pelo menos 15 anos de contribuição / 65 anos
	Mulher	Sem idade mínima obrigatória e pelo menos 15 anos de contribuição / 62 anos
Servidores públicos federais	Homem	60 anos de idade e 25 anos de contribuição / 65 anos
	Mulher	55 anos de idade e 25 anos de contribuição / 62 anos
Professores do serviço público federal	Homem	55 anos de idade e 30 anos de contribuição / 60 anos
	Mulher	50 anos de idade e 25 anos de contribuição / 57 anos

- **Acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição para os trabalhadores da iniciativa privada.**
- **Diminui o valor da aposentadoria.** Hoje, o cálculo é feito com a média dos 80% maiores salários da carreira, descartando os 20% mais baixos. Se a Reforma passar, o cálculo será feito com base em todos os salários.
- Para se aposentar com 100% da aposentadoria calculada com a média de todos os salários, serão necessários 35 anos de contribuição para as mulheres e 40 anos de contribuição para os homens.
- **No Brasil, onde 50% dos trabalhadores não têm carteira assinada, quem conseguirá comprovar 40 anos de contribuição?**

PAPO DE RECREIO

FUTURE-SE PRA QUEM?

A farsa da modernização para ampliar a privatização

O novo programa do governo federal para a educação, o Future-se, contém uma receita antiga e conhecida de todos nós: privatizar para lucrar mais. O projeto dá continuidade ao anúncio do corte de 30% do orçamento das universidades e institutos federais. A proposta está alinhada à política de Jair Bolsonaro e a tudo que o presidente fez nesses sete meses de mandato: entregar direitos sociais como saúde, educação, aposentadoria, entre outros, à iniciativa privada e transformar aquilo que hoje é direito para os trabalhadores em um balcão de negócios para empresas e bancos.

O anúncio do Future-se, feito pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, veio carregado de um discurso de modernização da administração das universidades. Mas, a realidade é que o projeto prevê a entrega quase irrestrita da produção científica brasileira, de parte do patrimônio público e do trabalho dos docentes na mão dos empresários. Ou seja, a **cobrança de mensalidade dentro dessas instituições é apenas um dos problemas.**



Governo Bolsonaro empurra dados que não o favorecem pra baixo do tapete

>>> O governo não leva em consideração que, de acordo com o ranking universitário elaborado pelo Jornal Folha de S. Paulo em 2018, 43 das 50 instituições melhores colocadas são públicas. É importante ressaltar que o ranking considera indicadores de pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação. Não há nenhuma faculdade privada entre as dez melhores instituições de ensino superior do país.

Para além disso, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) aponta que 99% das pesquisas científicas do país são produzidas por universidades públicas.

Mas, se o atual governo prefere esconder as estatísticas que revelam que o desemprego e o desmatamento aumentaram e que há fome, sim, no Brasil, por que daria atenção aos dados que mostram que universidades públicas são responsáveis pela quase totalidade das pesquisas científicas produzidas no país?

A quem vai servir a educação do nosso país?

>>> Mesmo com limites de acesso e com a falta de investimentos no setor – que não é de hoje –, o tripé de ensino, pesquisa e extensão promovido por essas instituições ainda é responsável por levar o conhecimento que é produzido dentro das universidades para o conjunto da sociedade. E esse conhecimento traduz-se em medicamentos na área da saúde, melhorias no saneamento, no transporte e na moradia, desenvolvimento de novas tecnologias e mais recursos para vivermos em sociedade.

Entretanto, o aumento da participação de empresas privadas no financiamento do ensino superior público vai significar o fim de retorno social para as pesquisas realizadas dentro das universidades. A prioridade passará a ser para projetos que tragam lucro e retornos rápidos para o capital investido.

A situação dos professores

>>> Se na atual conjuntura o medo de perseguição que assola professoras e professores em sala de aula já impede que muitos conteúdos relevantes sejam abordados, como será com a insegurança constante de perder o emprego caso a meta não seja atingida ou pelo fato de o conteúdo da aula não estar alinhado aos interesses do capital?

Por todos esses motivos, nossa luta contra os ataques à educação pública precisa continuar!

